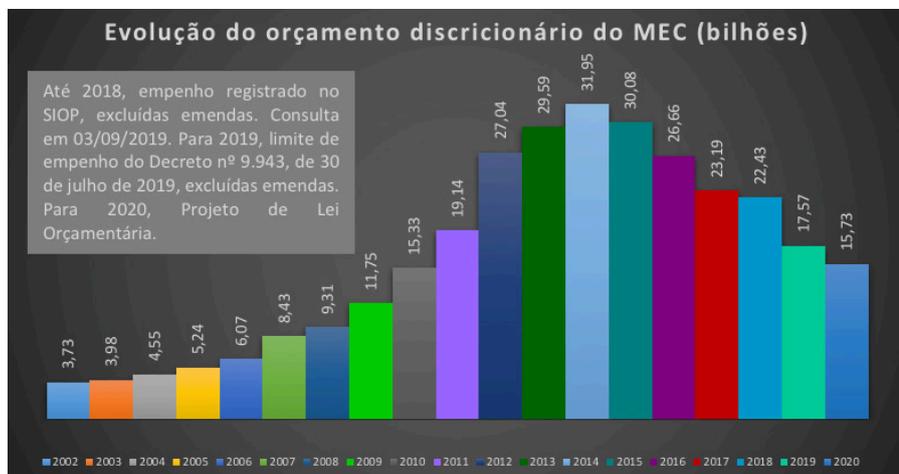


PT ALERTA Orçamento do MEC regride a 2010

Desmonte promovido por Bolsonaro é brutal. Verbas para custeio e investimentos destinadas à educação serão reduzidas ao patamar de uma década atrás: R\$ 15,73 bi



CONSEQUÊNCIAS SÃO CATASTRÓFICAS

MEC suspende 8,6 mil bolsas de pós-graduação da CAPES.

O CNPQ pode suspender a qualquer momento o pagamento de 84 mil bolsas de pesquisa caso não receba uma complementação orçamentária da ordem de R\$ 330 milhões.

O governo corta 100% dos recursos destinados à construção de hospitais ligados às universidades federais do Rio Grande do Norte e do Tocantins. Também houve corte de 62% dos recursos destinados à construção da nova Unidade da Mulher e da Criança do Hospital Universitário da UFGD.

UFSC cancela realização da 18ª Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (Sepex), que seria realizada

entre os dias 17 e 19 de outubro, por falta de recursos.

UFRN cancela realização da 25ª Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura (Cientec), que seria realizada entre os dias 23 e 25 de outubro, por falta de recursos.

Pesquisadora que ficou em 1º lugar na seleção do doutorado na UFRJ descobriu que não terá direito à bolsa de pesquisa. Seu projeto explorava o potencial do vírus zika no tratamento do tumor glioblastoma (cerebral).

Entidades representativas dos docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes universitários convocam greve geral da educação para os dias 02 e 03 de outubro de 2019.

FUTURE-SE: O QUE É RUIM AINDA PODE PIORAR. E MUITO

No mês de julho, o MEC divulgou a versão preliminar do programa denominado “FUTURE-SE”, que teria como objetivo fortalecer a autonomia financeira das universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

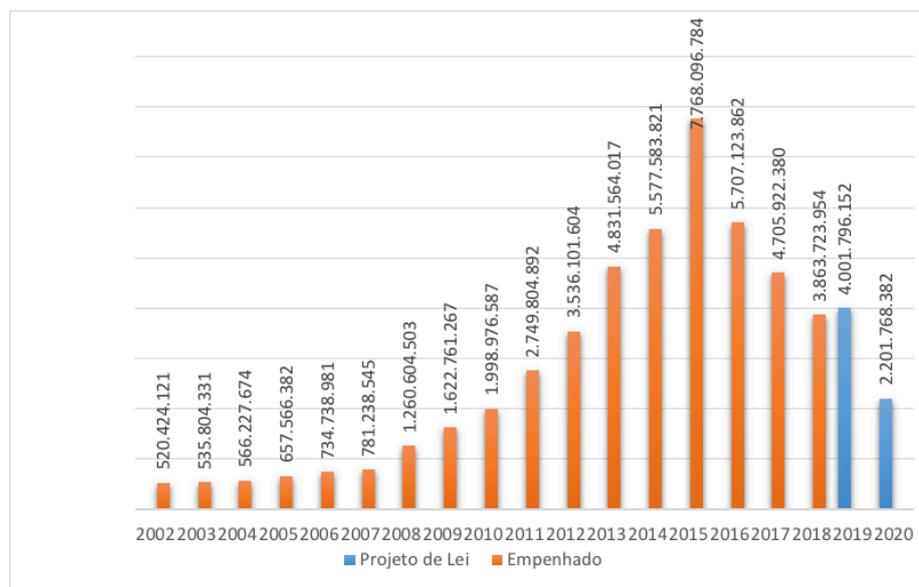
Trata-se nitidamente de uma reforma empresarial da educação, que agride a autonomia das instituições federais de ensino e transfere para entidades privadas (organizações sociais) o processo de gestão dos recursos relativos a investimentos em empreendedorismo, pesquisa, desenvolvimento e inovação. De acordo com a estrutura do programa, as organizações sociais também terão o papel de apoiar a execução dos planos de ensino, pesquisa e extensão das instituições de ensino.

Com o “FUTURE-SE”, o MEC pretende tornar as instituições federais de ensino dependentes de doações privadas e consequentemente de interesses privados. A intenção do Ministério da Educação é suspender a realização de concursos públicos para docentes e servidores técnico-administrativos e contratar servidores via organizações sociais, em regime celetista. O MEC cogita inclusive criar uma espécie de “Criança Esperança” para estimular doações de ex-alunos a universidades federais, o que explicita o descompromisso do atual governo com o financiamento público da educação superior.

EDUCAÇÃO SUPERIOR. O LEGADO DOS GOVERNOS LULA E DILMA

ORÇAMENTO

Durante os governos liderados pelo PT o orçamento discricionário do MEC, que engloba despesas de custeio e investimento, foi elevado ano após ano, atingindo uma média de R\$ 30,54 bilhões entre 2013 e 2015 – praticamente o dobro do orçamento discricionário previsto para 2020.



Até 2018, valores empenhados. 2019 e 2020, projeto de lei. Fonte: SIOP. Consulta em 25/09/2019.

CAPES

Durante os governos Lula e Dilma, o orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi elevado ano após ano, atingindo o patamar de R\$ 7,76 bilhões em 2015 (*gráfico acima*).

FIES

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criado em 1999 por Medida Provisória pelo governo Lula para financiar o ensino superior de estudantes matriculados em instituições privadas, ganhou mais abrangência com a promulgação da Lei 12.202/2010. O número de contratos celebrados saltou de 76 mil em 2010 para 2,14 milhões em junho de 2015, considerando os contratos acumulados nesse período.

PROUNI

O PROUNI foi criado por meio da Medida Provisória 213/2004, convertida na Lei 11.096/2005, e concedeu 2,55 milhões de bolsas a estudantes desde que foi criado até 2015. Desse total, 1,5 milhão eram de bolsas integrais, ou seja, destinadas a estudantes com renda familiar mensal per capita de até um salário mínimo e meio.

LEI DE COTAS

A Lei 12.711/2012, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, garantiu que 50% das vagas oferecidas por universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia passassem a ser ocupadas por estudantes oriundos do ensino médio público, com cotas para estudante negros, pardos e indígenas.

EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES

Durante os governos Lula e Dilma, as universidades federais tiveram expansão sem precedentes na história, com a interiorização. Com o Programa de Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (REUNI), instituído em 2007, foi possível ampliar o acesso ao ensino superior público. De 45 universidades públicas em 148 campi, em 2003, o país ganhou 63 em 2014 e saltou para 321 campi. No começo do governo Lula, eram 500,4 mil universitários na graduação. Em 2014, o número chegou a 932,2 mil.

Entre 2018 e 2019, o Congresso aprovou projetos de iniciativa de Dilma, criando cinco novas federais: Catalão (GO); Jataí (GO); Rondonópolis (MT); do Delta do Parnaíba (PI); e do Norte do Tocantins (TO). Com isso, o número de universidades federais criadas por iniciativas de Lula e Dilma aumentou de 18 para 23.

CNPQ

Durante os governos Lula e Dilma, o orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que oferta bolsas de pós-graduação, foi gradativamente ampliado, atingindo o patamar de R\$ 2 bilhões entre 2013 e 2015: praticamente o dobro do orçamento previsto para o CNPq em 2020.

ENEM E SISU

A reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a implementação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) permitem que os estudantes concorram a vagas de instituições públicas de educação superior de diferentes regiões do país sem arcar com custos de deslocamento e taxas de inscrição em vestibulares.